

Como citar este trabalho conforme a ABNT:

BARROS, O. A. C.; NETA, A. N. F.; LACERDA, A. J. F.; RODRIGUES, J. F. S. Perfil de armazenamento e descarte de medicamentos no município de Palmeirândia – MA. *Revista da Faculdade Supremo Redentor*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revista.facsur.net.br/index.php/rf/article/view/2>. Acesso em: (indicar a data de acesso aqui).

Perfil de armazenamento e descarte de medicamentos no município de Palmeirândia – MA

Profile of storage and discard of medicines in the municipality of Palmeirândia – MA

Recebido: 15/11/2021 | Revisado: 20/11/2021 | Aceito: 21/11/2021

Otávio de Assis Costa Barros
Universidade CEUMA
taviiofelix20@hotmail.com

Alzira Nogueira França Neta
Faculdade Supremo Redentor
alziranogueirafranca@gmail.com

Aryadne Jansen Franca Lacerda
Faculdade Supremo Redentor
aryadnejansen@outlook.com

João Francisco da Silva Rodrigues
Faculdade Supremo Redentor
joaofranciscosr@hotmail.com

RESUMO

O uso inadequado de medicamentos gera consequências que afetam o meio ambiente e a população. Substâncias derivadas de medicamentos podem contaminar águas subterrâneas e o solo, e até mesmo as estações de tratamento de esgoto possuem dificuldade em remover essas substâncias. Diante desses fatores, este trabalho foi elaborado com o objetivo de apresentar o perfil de armazenamento e descarte de medicamentos por moradores do município de Palmeirândia, localizado no estado do Maranhão. Foi realizado um estudo observacional descritivo com os moradores da cidade, sendo escolhidos quatro bairros para visitação; a coleta de dados ocorreu através de questionário estruturado. Ao todo, 104 moradores participaram do estudo. A maioria relatou que tem o costume de estocar medicamentos no quarto (41,3%) e cozinha (40,4%); e que não possui conhecimento de que, após, aberto, a validade dos medicamentos   alterada (37,5%). Grande parte dos moradores declarou que descarta os medicamentos no lixo comum (78,9%) e quintal (15,4%). Em rela o a busca de orienta o adequada sobre o uso de medicamentos, 51% argumentou que não procura o profissional farmacêutico. Os resultados

Como citar este trabalho conforme a ABNT:

BARROS, O. A. C.; NETA, A. N. F.; LACERDA, A. J. F.; RODRIGUES, J. F. S. Perfil de armazenamento e descarte de medicamentos no município de Palmeirândia – MA. **Revista da Faculdade Supremo Redentor**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revista.facsur.net.br/index.php/rf/article/view/2>. Acesso em: (indicar a data de acesso aqui).

evidenciaram um número elevado de moradores de Palmeirândia que não possuem conhecimentos básicos sobre o uso e descarte correto de medicamentos.

Palavras-chave: Saúde ambiental. Toxicologia. Uso racional de medicamentos.

ABSTRACT

The inappropriate use of medicines has consequences that affect the environment and the population. Substances derived from medicines can contaminate groundwater and soil, and even sewage treatment plants have difficulty removing these substances. In view of these factors, this work was developed with the objective of presenting the profile of storage and disposal of medicines by residents of the municipality of Palmeirândia, located in the state of Maranhão. A descriptive observational study was conducted with city dwellers, with four neighborhoods chosen for visitation; data collection took place through a structured questionnaire. In all, 104 residents participated in the study. Most reported that they have the habit of stocking medicines in the bedroom (41.3%) and kitchen (40.4%); and that they do not have knowledge that, after being opened, the validity of medicines is changed (37.5%). A large part of the residents declared that they dispose of the medicines in the common garbage (78.9%) and in the yard (15.4%). Regarding the search for adequate guidance on the use of medicines, 51% argued that they do not seek the pharmaceutical professional. The results showed a high number of residents of Palmeirândia who do not have basic knowledge about the correct use and disposal of medicines.

Keywords: Environmental health. Rational use of medicines. Toxicology.

1 INTRODUÇÃO

Medicamentos são definidos pela ANVISA (2019a, p. 40) como “produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, que contém um ou mais fármacos e outras substâncias, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico”. Apesar das suas finalidades terapêuticas, o uso de medicamentos também pode causar efeitos colaterais, que são efeitos não-intencionais de um produto farmacêutico, que ocorre em doses normalmente utilizadas por um paciente, relacionado às propriedades farmacológicas do medicamento (OMS, 2004).

Com informações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), acredita-se que mais da metade de todos os medicamentos prescritos, dispensados ou vendidos é feita de forma inadequada; e que metade das pessoas não os administra corretamente. Além dos efeitos indesejados que podem causar, a utilização inadequada desses produtos gera desperdícios de recursos públicos (MURAKAMI; NETO; SILVA, 2012) que poderiam ser aplicados em outras áreas importantes se houvesse o gerenciamento correto.

Com o propósito de verificar os hábitos do brasileiro relacionados ao consumo de medicamentos no país, o Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2019) realizou uma pesquisa epidemiológica no ano de 2019 que evidenciou que 77% dos brasileiros possuía o hábito de consumir medicamentos sem prescrição.

O Sistema Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas (SINITOX, 2020) registrou no ano de 2017 cerca de 20.637 intoxicações relacionadas a medicamentos no país, com 3% desse total (670 casos) pertencentes à Região Nordeste. Entretanto, o próprio sistema mostra um aviso aos usuários que o acessam de que o número de casos apresentados está subnotificado em virtude da diminuição da participação dos Centros de Informação de Assistência Toxicológica.

As intoxicações domésticas envolvendo medicamentos estão relacionadas com os hábitos familiares e a maneira de como são armazenados. Estudos

individuais apontam que alguns dos motivos que levaram a intoxicação acidental de crianças por esses produtos incluem a distração dos pais com outras tarefas, a estocagem em ambientes diversos, como o quarto, e o armazenamento em locais com menos de 150 cm (RAMOS *et al.*, 2010).

O número de intoxicações poderia ser reduzido se fossem incentivadas ações educativas em saúde pública, pois muitas pesquisas evidenciam a procura de medicamentos em unidades básicas de saúde e farmácias comunitárias sem prescrição médica (MUNDO-CRIVELLI; SODRÉ, 2013; SANTOS; PAVANELLI, 2016; SILVA; SANTOS, 2019). Uma alternativa seria a adoção de terapias não-farmacológicas para o tratamento de doenças (BRAZ *et al.*, 2011; FRANCO *et al.* 2011; PRESMAN; CARNEIRO; GIGLIOTTI, 2005), o que diminuiria a dependência das pessoas por essas substâncias.

Mesmo com os riscos à saúde de se utilizar medicamentos sem prescrição ou de forma inadequada, as consequências dessa prática não estão restritas ao seio familiar, pois também afetam o meio ambiente e, como resultado disso, a sociedade como um todo. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2016) adverte que o descarte de medicamentos feito de forma inadequada pode contaminar os solos e a água, além de intoxicar indivíduos que trabalham em aterros e lixões, bem como outras pessoas que residam próximas desses locais.

Uma pesquisa encomendada pelo governo alemão no ano de 2011 detectou a presença de 156 substâncias derivadas de produtos farmacêuticos para uso humano em águas subterrâneas, esgotos e no solo (BERGMANN; WEBER, 2011). No Brasil, substâncias derivadas de produtos farmacêuticos também já foram detectadas em esgotos hospitalares (PAIVA; SOUZA; HAANDEL, 2014). Esse fato é classificado como um problema de saúde pública quando se considera que as estações de tratamento de esgoto não conseguem remover essas substâncias em sua totalidade (IDE, 2014).

Pesquisas relacionadas com o consumo e o descarte de medicamentos permitem verificar se a população faz o uso adequado desses insumos, bem como

os fatores secundários que influenciam essa prática. Levando-se em consideração as informações apresentadas, este trabalho foi elaborado com o objetivo de apresentar o perfil de armazenamento e descarte de medicamentos por moradores do município de Palmeirândia - MA.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional do tipo transversal descritivo que teve como população de interesse os moradores do município de Palmeirândia - MA. Os critérios de inclusão utilizados foram: residir nos bairros de interesse e ter acima de 18 anos. Como critérios de exclusão, não participaram do estudo os indivíduos que não eram moradores (estavam de visita) das residências.

Foram escolhidos quatro bairros do município de Palmeirândia - MA, sendo eles: Alto do Amor, Centro, Conjunto Raimundo Pereira (Conjunto R. P.) e São Francisco. Os dados foram coletados entre nos meses de setembro a outubro de 2020 utilizando um questionário estruturado que continha perguntas sobre o uso de medicamentos, descarte e orientação por profissional de saúde.

As informações obtidas foram analisadas utilizando o programa estatístico Microsoft Excel 2019® e dispostas na forma de tabelas na seção de Resultados e Discussão. Devido ao contato direto com os moradores, o projeto deste trabalho precisou ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade CEUMA, sendo aprovado sob o parecer de número 4.311.675.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Palmeirândia - MA possui uma população estimada de 19.781 pessoas para o ano de 2020, conforme os dados do último censo realizado pelo IBGE (2020). Mesmo utilizando uma amostra de conveniência, tentou-se entrevistar um número homogêneo de pessoas em cada bairro. Ao todo, participaram desta

pesquisa 104 pessoas, sendo que 32 deles residiam no bairro São Francisco, 32 no Centro, 21 no Conjunto R. P. e 19 no Bairro Alto do Amor.

Sobre o perfil do uso de medicamentos, a maioria dos moradores alegou que tem o hábito de estocar os medicamentos no quarto (41,3%) e cozinha (40,4%) (Tabela 1). Nesse sentido, a ANVISA (2019b) recomenda que os medicamentos sejam armazenados em locais sem incidência da luz solar e, além disso, devem estar a uma certa distância mínima do telhado, apesar de o órgão federal não citar qual seria essa distância mínima.

O costume de reutilizar medicamentos foi relatado por 89,4% dos indivíduos, principalmente comprimidos (61,2%). Pode-se inferir que essa é uma prática comum entre a população brasileira, tendo sido relatada por estudos realizados em municípios dos estados de Santa Catarina (BECKHAUSER *et al.*, 2010) e São Paulo (DUARTE *et al.*, 2012). Os autores desses estudos, inclusive, detectaram a reutilização de receitas por parte dos participantes ou de seus responsáveis, bem como o uso de sobras de medicamentos, em alguns casos, doados por outras pessoas.

Os moradores afirmaram também que não possuíam conhecimento de que, após aberto, a validade dos medicamentos é alterada (51,9%). A Farmacopeia Brasileira (ANVISA, 2019a) destaca que alguns medicamentos sofrem alterações com o passar do tempo em razão de suas características físico-químicas, como é o caso das soluções em função de modificações no pH; e, devido a esse fator, o prazo de validade é alterado (reduzido) mesmo realizando o armazenamento conforme as instruções do fabricante.

12 moradores (11,5%) declararam desconhecer a posologia correta e os perigos da automedicação; e 39 (37,5%) alegaram conhecer, mas confessam não ter tido orientação adequada. O uso indevido de medicamentos pode ocasionar o fenômeno de Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs), definido pelo II Consenso de Granada como "desfechos clínicos negativos, decorrentes da farmacoterapia que, por diversas causas, não atingem os objetivos da terapia ou produzem efeitos indesejáveis" (COMITÊ DE CONSENSO, 2002).

Os PRMs não estão restritos a automedicação e ao ambiente domiciliar, sendo relatados também em outros ambientes e ocasionado por profissionais de saúde que realizam prescrições incorretas. Correr *et al.* (2007) identificaram PRMs associados a duplicidade terapêutica (uso simultâneo de dois fármacos do mesmo subgrupo terapêutico), sobredoses e potenciais interações medicamentosas em prontuários de idosos integrantes de uma instituição geriátrica (lar para idosos). Ferrández *et al.* (2019) detectaram 4.587 PRMs em 44.870 pacientes de um hospital de referência na Espanha durante o período de dois anos, tendo uma média de 10,2 PRMs para cada 100 ingressos na instituição. As causas de PRMs relatados por Ferrández *et al.* (2019) foram semelhantes aos de Correr *et al.* (2007), sendo os erros de prescrição, interações medicamentosas e doses inadequadas para pacientes com problemas renais e/ou hepáticos as mais comuns.

Tabela 1: Características sociodemográficas e perfil de utilização de medicamentos dos participantes da pesquisa

VARIÁVEIS	N	%
Locais de armazenamento dos medicamentos		
Banheiro	1	>1
Cozinha	42	40,4
Dentro da geladeira	6	5,8
Em cima da geladeira	11	10,6
Quarto	43	41,3
Sala	1	>1
Costume de reutilizar medicamentos após abertos		
Sim	93	89,4
Não	11	10,6
Formas farmacêuticas que reutiliza*		
Colírios	3	3,2
Comprimidos	57	61,3
Injetáveis	2	2,2
Pomadas	2	2,2
Xaropes	29	31,2
Segue a posologia da receita e entende os riscos da automedicação		
Sim	39	37,5
Não	12	11,5
Sim, mas não teve a orientação adequada	39	37,5
Não, desconhece os perigos	14	13,5
Possui hábito de fracionar, triturar ou mastigar os medicamentos		
Sim	9	8,7
Não	95	91,3
Possui conhecimento de que, após abrir a embalagem, o prazo de validade da medicação diminui		
Sim	50	48,1
Não	54	51,9

Locais onde realiza o descarte de medicamentos		
Esgoto	2	1,9
Lixo comum	82	78,9
Quintal	16	15,4
Rua	2	1,9
Vaso sanitário	2	1,9
Procura orientação do profissional farmacêutico		
Sim	51	49
Não	53	51

* Pergunta feita apenas para os indivíduos que responderam "Sim" a pergunta anterior. Número de indivíduos que responderam: 93.

Fonte: elaborado pelos autores a partir das informações divulgadas pelos participantes.

Os principais locais de descarte de medicamentos relatados nesta pesquisa foram o lixo comum (78,9%) e o quintal (15,4%). Revisões sistemáticas apontam que a prática de descarte incorreto de medicamentos não é restrita ao território brasileiro, sendo vista também em populações de outros países como EUA, México, Portugal, Austrália, Irlanda, entre outros (CONSTANTINO *et al.*, 2020).

Com o intuito de diminuir as ações do descarte incorreto de medicamentos, o Governo Federal instituiu o Decreto nº 10.388 publicado em junho de 2020 que “Dispõe sobre a estruturação, a implementação e a operacionalização do sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso [...] após o descarte pelos consumidores” (BRASIL, 2020). O decreto representa um grande avanço sobre a destinação correta dos medicamentos descartados pela população, pois, entre outros fatores, compartilha essa responsabilidade para além dos consumidores e incube também os fabricantes, distribuidores e comerciantes por essa função.

A maioria dos participantes (51%) relatou não buscar a orientação do profissional farmacêutico para dirimir dúvidas relacionadas ao consumo e descarte de medicamentos. O Conselho Federal de Farmácia estipula que existiam 229.018 farmacêuticos inscritos nos Conselhos Regionais no ano de 2019 (CFF, 2020), número que chega ser quase 3 vezes maior que o de médicos para o ano de 2018 (77.716) (CFM, 2018).

Por ser um profissional bastante presente no meio social e possuir, entre outras funções na farmácia comunitária, a capacidade de prescrever terapias farmacológicas e não-farmacológicas, avaliar prescrições formuladas por outros profissionais, fazer o acompanhamento farmacoterapêutico e atuar em ações de farmacovigilância (CRF-SP, 2017), o farmacêutico representa um profissional importante no combate da automedicação, além de possuir capacidade técnica de instruir a população sobre os procedimentos adequados relacionados ao consumo e descarte de medicamentos.

4 CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciaram um número elevado de moradores residentes em bairros de Palmeirândia – MA que não possuem conhecimentos básicos sobre o uso e o descarte correto de medicamentos. Apesar de o governo federal promover mudanças na legislação para alterar essa realidade, ainda se verifica a necessidade de mais investimentos em políticas de saúde que visem conscientizar a população sobre as consequências dessa prática, tendo os profissionais de saúde e, em especial, o farmacêutico, um papel fundamental para que essas ações tenham sucesso.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Farmacopeia Brasileira**. 6. ed. ANVISA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/farmacopeia-brasileira/arquivos/7985json-file-1>. Acesso em: 03/11/2020.

ANVISA. **Resolução-RDC nº 304, de 17 de setembro de 2019**. Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos. ANVISA, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-rdc-n-304-de-17-de-setembro-de-2019-216803526>. Acesso em: 01/11/2020.

BRASIL. **MEDICAMENTOS**: Saiba como descartar corretamente e as consequências de jogar remédios no lixo comum. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/materias-especiais/51785-medicamentos-saiba-como-descartar-corretamente-e-as-consequencias-de-jogar-remedios-no-lixo-comum>. Acesso em: 05/11/2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020**. Regulamenta o § 1º do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e institui o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores. Secretaria Geral, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.388-de-5-de-junho-de-2020-260391756>. Acesso em: 05/11/2020.

BRAZ, A.S.; PAULA, A.P.; DINIZ, M.F.F; ALMEIDA, R.N. Uso da terapia não farmacológica, medicina alternativa e complementar na fibromialgia. **Rev Bras Reumatol.**, v.51, n.3, p.269-282, 2011.

BECKHAUSER, G.C.; SOUZA, J.M.; VALGAS, C.; PIOVEZAN, A.P.; GALATO, D. Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis. **Rev Paul Pediat.**, v.28, n.3, p.262-268, 2010.

BERGMANN, A.; WEBER, F. **Zusammenstellung von Monitoringdaten zu Umweltkonzentrationen von Arzneimitteln**. Umweltbundesamt, 2011. Disponível em: <https://www.umweltbundesamt.de/sites/default/files/medien/461/publikationen/4188.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

CFF. **Dados 2019**. CFF, 2020. Disponível em: <https://www.cff.org.br/pagina.php?id=801&menu=801&titulo=Dados+2018>. Acesso em: 08/11/2020.

CFF. **Uso de medicamentos**. CFF, 2019. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/file/Uso%20de%20Medicamentos%20-%20Relatório%20_final.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

CFM. **Demografia Médica**: Brasil possui médicos ativos com CRM em quantidade suficiente para atender demandas da população. CFM, 2018. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27983:2018-11-26-13-05-15&catid=3. Acesso em: 08/11/2020.

COMITÊ DE CONSENSO. Segundo Consenso de Granada sobre Problemas Relacionados con Medicamentos. **Ars Pharmaceutica**, v.43, n.3-4, p.179-187, 2002.

CONSTANTINO, V.M.; FREGONESI, B.M.; TONANI, K.A.A.; ZAGUI, G.S.; TONINATO, A.P.C.; NONOSE, E.R.S.; FABRIZ, E.R.S.; SEGURA-MUÑOZ, S.I. Estoque e descarte de medicamentos no domicílio: uma revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, v.25, n.2, p.585-594, 2020.

CORRER, C.J.; PONTAROLO, R.; FERREIRA, L.C.; BAPTISTÃO, S.A.M. Riscos de problemas relacionados com medicamentos em pacientes de uma instituição geriátrica. **Rev. Bras. Ciênc. Farm.**, v.43, n.1, p.55-62, 2007.

CRF-SP. **Manual de Orientação ao Farmacêutico**: aspectos legais da dispensação. CRF-SP, 2017. Disponível em: http://www.crfsp.org.br/documentos/materiaistecnicos/Aspectos_Legais_da_Dispensacao.pdf. Acesso em: 08/11/2020.

DUARTE, L.R.; GIANINNI, R.J.; FERREIRA, L.R.; CAMARGO, M.A.S.; GALHARDO, S.D. Hábitos de consumo de medicamentos entre idosos usuários do SUS e de plano de saúde. **Cad. Saúde Colet.**, v.20, n.1, p.64-71, 2012.

FERRÁNDEZ, O.; CASAÑ, B.; GRAU, S.; LOURO, J.; SALAS, E.; CASTELLS, X.; SALA, M. Análisis de los problemas relacionados con los medicamentos en un hospital de tercer nivel de Barcelona. **Gac Sanit.**, v. 33, n. 4, p. 361-368, 2019.

FRANCO, L.C.; SOUZA, L.A.F.; PESSOA, A.P.C.; PEREIRA, L.V. Terapias não farmacológicas no alívio da dor neuropática diabética: uma revisão bibliográfica. **Acta Paul Enferm.**, v.24, n.2, p.284-288, 2011.

IBGE. **Palmeirândia**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/palmeirandia/panorama>. Acesso em: 01/11/2020.

IDE, A. H. **Ocorrência e avaliação da remoção de produtos farmacêuticos por duas estações de tratamento de esgotos**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Química Tecnológica). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MUNDO-CRIVELLI, S. R.; SODRÉ, J. Automedicação: observação do número de clientes que compram medicamentos sem o uso da receita médica na Farmácia Sodré – Governador Celso Ramos. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, v.1, n.2, p.43-48, 2013.

MURAKAMI, I.; NETO, L. M. R.; SILVA, A. M. A importância do fracionamento de medicamentos para o SUS: um estudo piloto. **Rev. Bras. Farm.**, v.93, n.2, p. 221-224, 2012.

OMS. **Promoting rational use of medicines**. OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/activities/promoting-rational-use-of-medicines>. Acesso em: 23/10/2020.

OMS. **Segurança dos medicamentos**: um guia para detectar e notificar reações adversas a medicamentos. Brasília: OPAS/OMS, 2004.

PAIVA, F. V.; SOUZA, N. C.; HAANDEL, A. C. V. Identificação de compostos orgânicos e farmacêuticos em esgoto hospitalar utilizando cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massa. **Eng. Sanit. Ambien.**, v.16, n.1,p. 37-44, 2011.

PRESMAN, S.; CARNEIRO, E.; GIGLIOTTI, A. Tratamentos não-farmacológicos para o tabagismo. **Rev. Psiqu. Clín.**, v.32, n.5, p.267-275, 2005.

RAMOS, C.L.J.; BARROS, H. M. T.; STEIN, A.T.; COSTA, J.S.D. Fatores de risco que contribuem para o envenenamento pediátrico. **Jornal de Pediatria**, v.86, n.5, p.435-440, 2010.

SANTOS, M.M.; PAVANELLI, M. F. Fatores associados a compra de antiparasitários sem apresentação de receita médica em clientes de uma farmácia de Campo Mourão, PR. **SaBios - Revista de Saúde e Biologia**, v.11, n.2, p.7-12, 2016.

SILVA, J.P.E.; SANTOS, E. V. L. Uso indiscriminado de antibióticos vendidos sem prescrição médica por usuários adscritos em uma unidade básica de saúde. **Journal of Medicine and Health Promotion**, v.4, n.2, p.1204-1217, 2019.

STEFANO, I.C.A.; CONTERNO, L.O.; FILHO, C.R.S.; MARIN, M.J.S. Uso de medicamentos por idosos: análise da prescrição, dispensação e utilização num município de porte médio do estado de São Paulo. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v.20, n.5, p.681-692, 2017.

SINITOX. **Dados de intoxicação**. FIOCRUZ, 2020. Disponível em:
<https://sinitox.icict.fiocruz.br/dados-nacionais>. Acesso em: 21/10/2020.